

Editorial

Crianças da Faixa de Gaza, crianças do Brasil: olhares para as infâncias e para a Educação Infantil

*Children of the Gaza Strip, Children of Brazil:
Perspectives on Childhood and Early Childhood Education*

*Niños de la Franja de Gaza, niños de Brasil:
perspectivas sobre la infancia y la educación de la primera infancia*

Maria Vieira Silva¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Leonice Matilde Richter²
Universidade Federal de Uberlândia

Raquel Aparecida Souza³
Universidade Federal de Uberlândia

Vilma Aparecida de Souza⁴
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: A *Revista Educação e Políticas em Debate* apresenta ao(à) leitor(a) o presente número, no qual divulgamos o dossiê “Políticas públicas de educação infantil e a luta histórica por acesso e qualidade”, que retrata diversos ângulos da educação na infância. Embora as abordagens desta seção se debrucem predominantemente sobre a realidade brasileira, trazemos, no editorial, fragmentos da situação desumana vivida pelas crianças palestinas, como forma de nos somarmos às vozes que clamam pelo fim do conflito em Gaza e pelo direito à dignidade humana das crianças daquele território. Os artigos que compõem o dossiê contribuem com análises sobre a importância da educação infantil e sua função prioritária na

¹ Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Pós-doutorado em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: mvieiraufu@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

² Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada no Núcleo de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Pólis. Professora associada Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: raquelas@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

⁴ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade –UFU. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vilmasouza@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

promoção das infâncias. Considerando que muitas crianças têm sua infância interrompida e são desprovidas de direitos básicos, é fundamental ampliar as análises sobre a avaliação de políticas educacionais, a responsabilização dos entes federados, os indicadores educacionais e as estratégias promotoras das infâncias. Além dos artigos reunidos no dossiê, o presente número da Repod disponibiliza artigos na seção Demanda Contínua oriundas de várias regiões brasileiras e conta, ainda, com a colaboração de um autor queniano e a coautoria de um pesquisador mexicano, os quais contribuem para com as interlocuções da Repod com países africanos e latino-americanos.

Palavras-chave: Crianças palestinas; Educação Infantil; Políticas Públicas de educação.

Abstract: The journal *Educação e Políticas em Debate* presents to the reader this issue, in which we disseminate the dossier “Public policies for early childhood education and the historical struggle for access and quality”, which portrays various angles of education in childhood. Although the approaches in this section focus predominantly on the Brazilian reality, we bring, in the editorial, fragments of the inhumane situation experienced by Palestinian children, to join the voices that call for an end to the conflict in Gaza and for the right to human dignity of the children of that territory. The articles that make up the dossier contribute with analyses on the importance of early childhood education and its priority role in the promotion of childhoods. Considering that many children have their childhood interrupted and are deprived of basic rights, it is fundamental to broaden the analyses on the evaluation of educational policies, the accountability of federated entities, educational indicators, and strategies that promote childhoods. In addition to the articles gathered in the dossier, this issue of Repod makes available articles in the “Continuous Demand” section, originating from various Brazilian regions, and features the collaboration of a Kenyan author and the co-authorship of a Mexican researcher, who contribute to Repod’s dialogues with African and Latin American countries.

Keywords: Palestinian children; Early Childhood Education; Public Education Policies.

Resumen: La Revista *Educação e Políticas em Debate* presenta al/a lector/a el presente número, en el cual divulgamos el dossier “Políticas públicas de educación infantil y la lucha histórica por acceso y calidad”, que retrata diversos ángulos de la educación en la infancia. Si bien los abordajes de esta sección se centran predominantemente sobre la realidad brasileña, traemos, en el editorial, fragmentos de la situación inhumana vivida por los niños palestinos, como forma de sumarnos a las voces que claman por el fin del conflicto en Gaza y por el derecho a la dignidad humana de los niños de aquel territorio. Los artículos que componen el dossier contribuyen con análisis sobre la importancia de la educación infantil y su función prioritaria en la promoción de las infancias. Considerando que muchos niños tienen su infancia interrumpida y son desprovistos de derechos básicos, es fundamental ampliar los análisis sobre la evaluación de políticas educacionales, la responsabilización de los entes federados, los indicadores educacionales y las estrategias promotoras de las infancias. Además de los artículos reunidos en el dossier, el presente número de la Repod disponibiliza artículos en la sección “Demanda Continua”, oriundos de varias regiones brasileñas y cuenta, además, con la colaboración de un autor keniano y la coautoría de un investigador mexicano, los cuales contribuyen con las interlocuciones de la Repod con países africanos y latinoamericanos.

Palabras clave: Niños palestinos; Educación Infantil; Políticas Públicas de educación.

Pense nas crianças mudas telepáticas
Pense nas meninas cegas inexatas
Pense nas mulheres rotas alteradas
Pense nas feridas como rosas cálidas
(Vinícius de Moraes, Rosa de Hiroshima: 1946)

No início deste mês (07/10/2025), a guerra entre palestinos e israelenses em Gaza completa dois anos, tendo como saldo milhares de mortos e acusações de genocídio contra Israel. Mais de dois milhões de palestinos na Faixa de Gaza enfrentam uma catástrofe humanitária, e, segundo os números do Ministério da Saúde de Gazai, foram mortos mais de 66 mil palestinos, a maioria civis, sem considerar que milhares de vítimas estão sob escombros nas cidades bombardeadas. Manifestações de paz, como exercício de lucidez, são feitas também por cidadãs e cidadãos israelenses que bradam contra o processo massivo de destruição de vidas em Gaza.

A organização *Save the Children* afirmou que entre as vítimas mortais havia mais de 20.000 crianças, 21.000 tinham ficado com deficiências e 132.000 com menos de 5 anos arriscavam morrer de desnutrição aguda. Ainda conforme a entidade, crianças foram mortas ou feridas em mais da metade dos ataques fatais em locais de distribuição de alimentos em Gaza desde que a Fundação Humanitária de Gaza (GHF) começou a operar: “com um número crescente de lares sem adultos, mais e mais crianças tiveram que assumir papéis de adultos, incluindo coletar alimentos em pontos de distribuição, expondo-as a um risco maior de serem baleadas pelas forças israelenses”. James Elder, porta-voz do Unicef, descreveu mães e bebês enfileirados nos corredores do Hospital Nasser, no sul de Gaza, e afirmou que bebês prematuros estavam sendo forçados a compartilhar máscaras de oxigênio e leitos “em um dos quartos pediátricos, havia três bebês e três mães em uma cama de solteiro, uma fonte de oxigênio, e as mães alternavam o oxigênio de 20 minutos para cada criança”. Segundo a UNICEF:

as crianças, os adolescentes e as famílias em Gaza foram privadas do acesso a água, alimentos, medicamentos e outros bens essenciais, incluindo o acesso seguro a hospitais, na sequência da escalada das hostilidades. O tempo está a esgotar-se. Meninas e meninos estão morrendo num ritmo alarmante e vendo negados os seus direitos básicos. Mesmo as guerras têm regras. Os civis devem ser protegidos – especialmente as crianças e os adolescentes – e todos os esforços devem ser feitos para poupá-los em todas as circunstâncias (In: Vasconcelos, 2023, s/p).

Para além das tristes estatísticas, estas crianças são seres humanos, com identidade, nome, fome, sonhos e desejos de brincar, mas este terrível conflito (como tantos outros no curso da história) tem interrompido as infâncias, degenerado a ludicidade, ofuscado sorrisos e destituído o direito à dignidade humana de milhares de crianças.

Na presente edição da Revista Educação e Políticas em Debate, proporcionamos ao/à leitor/a o dossiê *Políticas públicas de educação infantil e a luta histórica por acesso e qualidade*, no qual são retratados diversos ângulos da educação na infância. Embora as abordagens desta seção se debrucem predominantemente sobre a realidade brasileira, trouxemos a este editorial fragmentos da situação desumana das crianças palestinas como forma de nos somar às vozes que clamam pelo fim do conflito em Gaza e pelo direito a dignidade humana das crianças deste território. *Save Gaza's Children!*

Foto: Crianças esperam entrega de comida preparada por cozinha de caridade em Beit Lahia, no norte da Faixa de Gaza.



Fonte: disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uma-em-cada-dez-criancas-em-clinicas-de-refugiados-em-gaza-esta-desnutrida/>. Acesso em 08/10/2025.

Os artigos que compõem o dossiê *Políticas públicas de educação infantil e a luta histórica por acesso e qualidade*, seguramente contribuirão para ampliar análises sobre a importância da educação infantil e sua função prioritária na promoção das infâncias. Considerando que muitas crianças têm sua infância interrompida e são desprovidas de direitos básicos, é fundamental expandir análises sobre avaliações de políticas educacionais, responsabilizações dos entes federados, indicadores educacionais e estratégias promotoras de infâncias.

Indubitavelmente, no período posterior à promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, houve avanços expressivos em torno de teorizações e debates sobre as infâncias; formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o direito das crianças e a expansão quantitativa e qualitativa da oferta da educação infantil. Tais avanços foram decorrentes de uma forte mobilização da sociedade civil, nos anos 1980, para que os direitos de crianças e adolescentes fossem positivados na nova Carta Constitucional como também para a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990).

A Constituição Federal, em seu art. 208, IV, estabelece que a educação infantil deve ser ofertada pelo Estado, compreendendo creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). Posteriormente, em 1990, este direito foi ratificado pelo ECA), que reforça a prioridade no atendimento. Considerado um marco normativo icônico para a proteção das crianças, ECA, conforme alguns juristas, se baseia na Doutrina da Proteção Integral, que estabelece que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e titulares de direitos, precisando de proteção especial da família, da sociedade e do Estado. Isso se manifesta na garantia de direitos fundamentais com prioridade absoluta, na aplicação de medidas protetivas em caso de violação de direitos e na responsabilização de todos os setores para prevenir e punir negligência, violência e exploração.

Em breve, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996), promulgada em 1996, completará três décadas. A referida Lei estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior, incidindo sobre múltiplos aspectos da dinâmica de funcionamento dos sistemas de ensino e das unidades escolares de todos os entes federados. Nos artigos 29 e 30, a educação infantil é preconizada como a primeira etapa da educação básica oferecida em creches para atender a criança de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. Esse marco normativo é especialmente relevante para as crianças pequenas em situação de pobreza, pois, embora apenas a educação das crianças de quatro e cinco anos, correspondente à pré-escola, seja obrigatória e a das crianças de zero a três anos não o seja, toda a educação infantil constitui um direito da criança e de sua família, cuja oferta é dever do poder público, em especial dos municípios. Além das conquistas preconizadas pela LDB, como a inserção da educação infantil como etapa da Educação Básica, outro importante avanço foi sua inclusão na política de financiamento da educação a partir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em dezembro de 2006.

A partir de um olhar retrospectivo para o período pós-Constituição Federal de 1988, observamos, pois, avanços estruturais para assegurar este bem público para as crianças pequenas, mediante um forte aparato jurídico com a intencionalidade de promover o reconhecimento da educação infantil como a fase inicial da educação da criança, devendo ser oferecida com qualidade. No entanto, é fundamental indagar e analisar as políticas e práticas da Educação Infantil em razão dos paradoxos, intermitências e recuos nas conquistas que atravessam esta etapa de escolarização, os quais ensejam dilemas e desafios para sua oferta, a partir de parâmetros da qualidade socialmente referenciada.

Dentre tais dilemas destacamos os processos de privatização da educação que incidem sobre todas as etapas e modalidades educacionais (Silva; Garcia: 2025), mas, no âmbito da educação infantil têm sido mais recorrentes, em razão da expansão dos *vouchers*, do apostilamento de materiais didáticos para a primeira infância e da forte incidência de conveniamentos com fundações, institutos, OSC's, OS's, ONG's, ampliando, expressivamente, hibridizações das relações público-privadas na educação infantil, e a instauração de uma sistema dual na oferta educacional: oferta estatal e oferta conveniada. Vias de regra, a oferta educacional proporcionada por instituições conveniadas, contribui para a quebra da isonomia dos direitos das crianças, uma vez que, em muitos casos, a merenda, os materiais didáticos, a infraestrutura dos prédios escolares são precários. A precariedade também se materializa nas contratações sem concurso público dos profissionais da educação, podendo incidir sobre as práticas pedagógicas e a ausência de formação especializada dos profissionais da educação, como também maior rotatividade nas unidades escolares.

Face a este contexto, o mencionado dossiê, seguramente contribuirá para o avanço do conhecimento na área e para o fomento de reflexões de variados processos que advogam em defesa do direito das crianças pequenas, difundindo pesquisas sobre o campo da infância e das políticas públicas sobre a educação infantil, a partir de um olhar multidisciplinar, levando em consideração a diversidade de perspectivas contidas nestas categorias.

Além dos artigos reunidos no dossiê, o presente número da Repod disponibiliza ainda sete (08) artigos na seção Demanda Contínua e uma (01) resenha. Estas produções são oriundas de várias regiões brasileiras, tais como região Centro Oeste, região Sudeste e região Sul. Contamos ainda com a colaboração de um autor queniano e a coautoria de um pesquisador mexicano, os quais contribuem para com as interlocuções da Repod com países africanos e latinoamericanos.

O artigo intitulado *Satisfação e insatisfação dos professores da rede pública de Mato Grosso: indicadores laborais, econômicos e titulação* de Helvécio Pereira Lopes (Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso) e Evando Carlos Moreira (Universidade Federal de Mato Grosso) enfocam a (in)satisfação laboral dos professores da rede pública de educação do estado de Mato Grosso, com ênfase nos indicadores de satisfação relacionado ao pensamento de abandono da profissão; às práticas paralelas com outras atividades econômicas, à situação funcional e à titulação dos docentes.

Thalita Matias Gonçalves (Universidade Federal do Espírito Santo) e Eliza Bartolozzi Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo), por meio do artigo *Ensino médio: o que falam os jovens de uma escola pública?* apresentam sínteses analíticas sobre os sentidos do ensino médio para os jovens matriculados em uma escola na rede estadual de ensino do Espírito Santo. A

partir de uma pesquisa empírica, desenvolvida por meio de questionários, entrevistas e rodas de conversa as autoras problematizam a complexidade da relação entre Ensino Médio e juventudes, evidenciando a necessidade de políticas educacionais consistentes e duradouras, assentadas na realidade educacional das juventudes da escola pública.

No artigo *Altas habilidades ou superdotação no Brasil e no México: estudo comparativo em bases legais*, Rosemeire de Araújo Rangni (Universidade Federal de São Carlos) e Fabiana Oliveira Koga (Universidade Federal de São Carlos) e Cristianne Butto Zarzar (Universidad Pedagógica Nacional – México) discutem políticas públicas voltadas para as altas habilidades ou superdotação, a partir de uma investigação em documentos educacionais do Brasil e do México.

Hinan Tsai Sun (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), no artigo *Políticas educacionais na formação de professores no Brasil: avanços ou retrocessos?* apresenta o atual panorama da formação de professores no Brasil, tendo como eixo norteador o debate sobre o chamado “apagão docente”. A autora problematiza como as atuais “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica” e a “Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica” contribuem para o agravamento desse problema, impactando a qualidade da formação docente.

O artigo *A Educação Física no Programa Nacional de Livro e Material Didático: uma análise da implementação* de Fernando Garcez de Melo (Universidade do Estado de Mato Grosso), Shirley Cláudia da Silva e Souza (Universidade do Estado de Mato Grosso) e Evando Carlos Moreira (Universidade Federal de Mato Grosso) analisa a inserção da Educação Física no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a implementação da referida política nas escolas municipais de Cuiabá (MT), cujo início foi em 2017. O estudo concluiu que, apesar do potencial do PNLD para contribuir com a democratização do conhecimento na Educação Física, sua implementação efetiva depende de maior envolvimento docente e ajustes no processo de escolha e uso dos materiais.

Lilian Moreira Cruz (Universidade Estadual de Santa Cruz), Laiane Santos Santana (Universidade Estadual de Santa Cruz) e Andréia Cristina Freitas Barreto (Universidade Estadual de Santa Cruz), por meio do artigo *Reforma do Ensino Médio e a Docência em Filosofia em escola pública no sul baiano: condições de trabalho e saúde do(a) professor(a)* analisam as condições de trabalho dos/as professores/as de Filosofia de uma escola pública de Ensino Médio no interior baiano e os desdobramentos dessas condições para a saúde docente e o desenvolvimento profissional. As autoras apresentam dados que revelam que os(as) docentes estão inseridos em um ambiente de trabalho marcado por intenso desgaste físico e emocional, decorrente da sobrecarga de tarefas, da falta de

condições adequadas e da pressão para atender às novas exigências curriculares do Ensino Médio. Esse cenário contribui para o adoecimento, aumento do estresse, irritabilidade e um sentimento constante de frustração.

O artigo *Restaurante Universitário e Segurança Alimentar: Um Estudo de Caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa*, de autoria de Tatiany Palácio Hilgemberg (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Giovana Moraes (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Augusta Pelinski Raiher (Universidade Estadual de Ponta Grossa) e Mirna de Lima Medeiros (Universidade Estadual de Ponta Grossa), analisa a importância dos Restaurantes Universitários (RUs) na mitigação da insegurança alimentar (IA) entre estudantes de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A partir de uma pesquisa realizada com uma amostra probabilística estratificada de estudantes da UEPG, os autores observaram que os estudantes que utilizam o RU, na média, tendem a ter um menor grau de insegurança alimentar quando comparado a um grupo similar.

Eliud Shani Ominde (University of Kabianga) e Justine Mukhungulu Maira (Taita Taveta University), por meio do artigo *Axiological Implication of Kenneth Kaunda's African Humanist Philosophy on Citizenship Education In Kenya*, apresenta análises concernentes às ideias da filosofia humanista africana de Kenneth Kaunda com o propósito de contribuir para aprimorar a educação para a cidadania no ensino fundamental. A partir de uma investigação filosófica, o estudo adota a análise conceitual como fundamento para a investigação, visando esclarecer os significados e os limites dos conceitos e aprimorar a compreensão. O estudo constatou que o humanismo zambiano é uma visão de mundo crucial na defesa da educação para a cidadania no Quênia, visto que suas ideias são consistentes e estão em consonância com a Estrutura Curricular da Educação Básica de 2017 e o Capítulo Seis da Constituição do Quênia de 2010 sobre Liderança e Integridade.

Por fim, na seção *Resenhas*, os pesquisadores Maria de Lourdes Bernartt (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), Marcos Henrique Carneiro Alves (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), Fábio Zambiasi (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e Graziela Scopel (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) apresentam uma resenha crítica da tese *O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020*. A obra resenhada possibilita análises sobre os paradoxos atinentes ao cenário de ampliação das vagas na Educação Superior, uma vez que, ao mesmo tempo em que se ampliou as oportunidades de ingresso de jovens ao ensino superior, as disparidades sociais ainda fizeram com que muitos ficassem de fora das universidades, assim como intensificaram um ambiente competitivo aos egressos, marcando um lado sombrio do processo de expansão do acesso.

O conjunto de textos aqui disponibilizado seguramente contribuirá para ampliar olhares, adensar reflexões sobre as políticas educacionais contemporâneas e contribuir com nossa formação, de forma contínua. Por isso, manifestamos também nossa gratidão às/aos autoras/es, que nos proporcionam olhares multidimensionais sobre as políticas educacionais contemporâneas, como também ao imprescindível trabalho das/os pareceristas e das revisoras e suas inestimáveis contribuições para a composição deste número. Esperamos que os trabalhos aqui apresentados possam possibilitar aos leitores traçarem um quadro interpretativo mais amplo dos objetos retratados incitando novos questionamentos e novos ângulos de reflexões, de análises e de debates.

Desejamos a todas e todos, ótima leitura e profundas reflexões.

Referências

VASCONCELOS, Theresa. *As Crianças de Gaza: Brincar nas Nuvens?* (2023) Disponível em: <https://setemargens.com/as-criancas-de-gaza-brincar-nas-nuvens/>. Acesso em 08/10/2025

SILVA, M. V.; GARCIA, L.T.S.. Convergências entre privatização da educação e avaliação externa no contexto do Movimento Global de Reforma Educacional. *Paradigma* (Maracaty), v. XLVI, p. 1-16, 2025.

ⁱ Fonte: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c89djj8zwjwo>. Acesso em 08/10/2025.